

SUMÁRIO



SAFI SC

Assistente Social

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto	1
Ortografia	2
Divisão silábica	4
Pontuação	8
Hífen	12
Sinônimo	14
Acentuação gráfica	14
Crase	17
Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição	18
Sintaxe de concordância nominal; Sintaxe de concordância verbal	30
Questões	33
Gabarito	44

RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números reais	1
Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum	3
Razão e proporção	6
Porcentagem	8
Regra de três simples e composta	10
Média aritmética simples e ponderada	12
Juro simples	13
Equação do 1.º e 2.º graus; Sistema de equações do 1.º grau	16
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	30
Sistemas de medidas usuais	33
Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	39

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Raciocínio lógico	61
Resolução de situações problema	77
Questões	83
Gabarito	90

CONHECIMENTOS GERAIS

História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, setores: primário, secundário e terciário ...	1
Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos	6
História do Brasil e atualidades	12

INFORMÁTICA

Noções básicas de funcionamento de computadores; Periféricos de entrada e de saída	1
Noções básicas de funcionamento de impressoras e scanner	5
Conhecimentos em nível de usuário do pacote Microsoft Office: Word, Excel, Power Point e Outlook	8
Noções básicas de correio eletrônico, incluindo Microsoft Outlook	13
Noções de Internet e ferramentas de navegação	17
Questões	22
Gabarito	29

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Código de Ética profissional	1
Concepções de família	5
Instrumentais Técnicos do Serviço Social	6
Intervenções Metodológicas no atendimento de alta complexidade (Abrigo)	10
PIA – Plano Individual de Atendimento	14
Lei de Adoção (Lei Federal nº 12.010/2009)	18
Plano Político Pedagógico	33

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Rede de Proteção e Garantia de Direitos.....	46
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069, de 13/07/1990) e suas atualizações	52
Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA/2009)	119
Questões	122
Gabarito	126

SUMÁRIO



Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

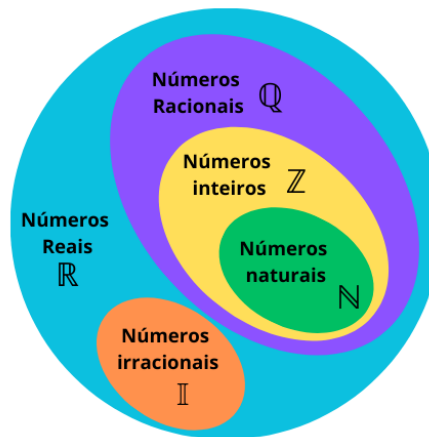


Raciocínio Lógico

CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS (\mathbb{R})

O conjunto dos números reais, representado por \mathbb{R} , é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

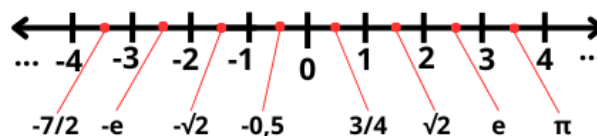
- $\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.
- $\mathbb{R}^+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.
- $\mathbb{R}^{*+} = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.
- $\mathbb{R}^- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.
- $\mathbb{R}^{*-} = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

► Representação na reta

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$



► Operações com Números Relativos

Adição e Subtração

- Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.



ORIGENS E PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A história do município de Itá, localizado no oeste do estado de Santa Catarina, é marcada por um processo de colonização fortemente influenciado por imigrantes europeus, em especial descendentes de italianos e alemães. Esse processo teve início no começo do século XX, quando essas populações passaram a se deslocar para o interior do Brasil em busca de terras para cultivo, oportunidades econômicas e melhores condições de vida.

► A chegada dos primeiros colonizadores

O marco inicial da colonização de Itá remonta ao ano de 1919, quando Theodoro Scheuble e sua família chegaram à região. Eles foram os pioneiros na ocupação das terras que, até então, eram cobertas por densas matas. Logo após os primeiros desbravadores, outras famílias chegaram, como as de Valentin Bernardi, Pedro e Ângelo Paludo. Esse movimento deu início ao loteamento e à formação do núcleo urbano inicial.

Esses colonizadores enfrentaram grandes desafios, como a ausência de infraestrutura, isolamento geográfico e o trabalho árduo de abertura de estradas e preparo da terra. Ainda assim, com muito esforço, estabeleceram as primeiras formas de produção econômica, baseadas principalmente na extração de madeira e, posteriormente, na produção artesanal de cachaça, aproveitando os recursos naturais abundantes da região.

► A influência das culturas italiana e alemã

Os traços culturais herdados dos imigrantes europeus marcaram profundamente a identidade local. Os hábitos alimentares, as festas típicas, a arquitetura das casas e o espírito comunitário são heranças preservadas até os dias atuais. Em Itá, é possível perceber essa influência em diversos aspectos do cotidiano, que ajudam a formar o tecido social da cidade.

Essa convivência entre descendentes de diferentes etnias criou um ambiente de cooperação e miscigenação cultural. As tradições familiares e o apego à terra foram valores que moldaram a organização social e o modo de vida dos primeiros habitantes.

► O nome “Itá” e sua origem indígena

Apesar da predominância europeia na colonização, o nome da cidade tem origem indígena. “Itá” é uma palavra do tupi-guarani que significa “pedra”. Segundo relatos locais, foi o caboclo Luís de Campos quem escolheu esse nome para batizar o local. Esse nome faz alusão ao terreno rochoso da região e, simbolicamente, remete à força e resistência do povo itaense, características que acompanharam a cidade ao longo de sua história.

► Elevação à categoria de distrito e emancipação

A organização política de Itá começou a tomar forma já em 1924, quando foi elevada à categoria de distrito do então município de Joaçaba. Esse reconhecimento possibilitou maior organização administrativa e atraiu novos investimentos para o desenvolvimento local. Com o passar dos anos, o crescimento populacional e econômico justificaram a busca por maior autonomia.

Essa autonomia veio oficialmente em 13 de dezembro de 1956, quando Itá foi emancipada política e administrativamente. Nessa ocasião, o senhor João Moschetta foi nomeado Prefeito Provisório, sendo sucedido pelo primeiro prefeito eleito da cidade, Pedro Paludo, membro de uma das famílias fundadoras do município.

A conquista da emancipação foi resultado direto do trabalho coletivo dos moradores e do amadurecimento institucional da cidade, que já apresentava estrutura administrativa, econômica e social consolidada.



HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

► Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete

► Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>



DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e ainda tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição, bem como nos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

IV - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.